

# A esperança do Reino na obra de Manuel Lacunza

Fredy Parra

Ultimamente, talvez em consequência da crise sócio-histórica que vivemos, fez-se presente uma renovada consciência escatológica, que situa a existência na perspectiva da esperança. Este trabalho visa detectar as relações que Manuel Lacunza<sup>1</sup> estabelece entre história e esperança. Pergunta-se como este autor milenarista interpreta a história e que articulação propõem entre a liberdade humana e a liberdade de Deus revelada na história, entre esforço humano e Reino de Deus. E ainda, em que medida a proposta lacunziana constitui uma resposta ao complexo desafio que implica a messianidade de Jesus Cristo para a história.

---

<sup>1</sup> Manuel Lacunza, considerado o mais ilustre pensador eclesiástico chileno, nasceu em Santiago do Chile, a 19 de julho de 1731. Filho de Carlos de Lacunza Iziaurre e Josefa Diaz Durán. Entrou na Companhia de Jesus a 7 de setembro de 1747. Ordenou-se sacerdote em 1755, depois de haver estudado filosofia, teologia e latim. Seus biógrafos destacam sua intensa vocação intelectual e sua inclinação ao estudo da geometria e astronomia. Fez a profissão solene de quatro votos a 2 de fevereiro de 1766. Em 26 de agosto de 1767 foi intimada a todos os jesuítas do Chile obediência ao decreto real de Carlos III que determinava a expulsão de todos os membros da Companhia de Jesus dos territórios da Espanha e das Índias e o confisco de seus bens. Junto com seus companheiros, foi preso e conduzido sob guarda a Lima e, em seguida, transportado à Espanha, ao porto de Santa Maria. Em 1768, foi levado à Itália, estabelecendo residência em Ímola, nos Estados Pontifícios. A 16 de agosto de 1773, data do Breve de Clemente XIV, extinguindo a Companhia de Jesus, foi reduzido ao estado de clérigo secular, como todos os demais sacerdotes jesuítas. Viveu como ermitão, consagrado à oração e ao estudo da Sagrada Escritura. Após 15 anos de trabalho ininterrupto, terminou de escrever *La venida del Mesías en gloria y majestad*. Dois dias antes de completar 70 anos, a 17 de julho de 1801, faleceu repentinamente. Seu corpo foi encontrado perto do rio Santerno, que banha a cidade de Ímola. Cf. F. MATEOS, "El P. Manuel Lacunza y el milenarismo", *RCHG* 115 (1950) 140. J. T. MEDINA, *Noticias bio-bibliográficas de los jesuítas expulsos en América en 1767*, Santiago, 1914, 183-184. A.-F. VAUCHER, *Une célébrité oubliée, le P. Manuel Lacunza y Díaz*, Collonges-sous-Salève (Haute Savoie), Fides, 1941, 27-34. W. HANISCH, "El Padre Manuel Lacunza (1731-1801), su hogar, su vida y la censura española", *Revista Historia* 8 (1969) 157-232. No presente artigo, utilizamos *La venida del Mesías en gloria y majestad*, na edição de Londres, por C. Wood, 1816, 4 tomos. Para reduzir o aparato de rodapé, a obra de Lacunza será sempre citada no texto, entre parênteses. O algarismo romano remete ao tomo; os arábicos às páginas em questão. Nos prólogos, a paginação é em algarismos romanos; neste caso, haverá indicação de página (p.).

O milenarismo lacunziano é um elo a mais dentro de uma tradição dissidente que atravessa praticamente toda a vida do cristianismo<sup>2</sup>. Entre as características essenciais do pensamento de Lacunza, destaca-se a recusa da opinião eclesial dominante a respeito da escatologia. Apoiando-se nas profecias bíblicas e em uma linha de Padres dos quatro primeiros séculos, nosso autor pretende construir um novo sistema. Sustenta a superioridade da interpretação literal da Escritura sobre os sentidos espiritual, alegórico ou místico. Deste modo, não se vincula à tradição helenizante, mas à rabinica e manifesta esta opção adotando como pseudônimo o nome do célebre rabino espanhol do séc. XII, Ben Ezra. Apesar de seu livro estar longe da ideologia ilustrada, observa-se que algumas características de seu pensamento o aproximam da *Ilustração Católica*: o emprego do idioma vulgar em um livro teológico, sua oposição à Escolástica, a aceitação da Nova Ciência, especialmente no que se refere à cosmologia e à física. O vínculo mais importante com a *Ilustração Católica* parece ser a crítica à tradição eclesiástica medieval e moderna. Como o milenarismo, isto é, a esperança de um juízo dos vivos e de um Reino terrestre de Cristo e de seus santos antes do fim definitivo da história, não afeta matérias dogmáticas nem de fé divina, mas somente visões sobre os últimos tempos futuros, Lacunza não admite, neste campo de debate, o critério de autoridade eclesiástica. Proclama enfaticamente a maior autoridade das Escrituras literalmente interpretadas sobre a tradição agostiniana dominante na Igreja Latina. Além disso, reivindica a tradição milenarista mais antiga que a tradição predominante. Da mesma forma, admite um progresso na compreensão das profecias: com efeito, os as futuras gerações compreenderão coisas que hoje parecem ininteligíveis; é preciso tempo para que se desvelem as metáforas da linguagem profética (Prólogo, p. XXXVII-XXXVIII. XLVIII. LXVII. LXIX; I, 27-28,52)<sup>3</sup>.

A obra de Lacunza já estava terminada em 1790. Desde sua aparição e até 1830, a obra alcançou uma notável divulgação. Entre 1811 e 1826 apareceram oito edições em diversos países<sup>4</sup>. Depois de alguns titubeios, a posição romana

<sup>2</sup> Cf. H. DESROCHES, *Dieux d'hommes, Dictionnaire des messianismes et des millénarismes de l'ère chrétienne*, Paris - La Haye, Mouton, 1969. N. COHN, *Na senda do Milênio*, Lisboa, Presença, 1981.

<sup>3</sup> Sobre os vínculos de Lacunza com a *Ilustração Católica* ver M. GÓNGORA, "Aspectos de la Ilustración Católica en el pensamiento y la vida eclesiástica chilena (1770-1814)", *Revista Historia* 8 (1969) 59-65. B. Villegas afirmou que uma noção mais teológica da tradição teria impedido Lacunza de assumir o milenarismo e de pensar que uma idéia revelada caíra no esquecimento e fora rechaçada pelo magistério. Cf. B. VILLEGAS, *El milenarismo y el Antiguo Testamento a través de Lacunza*, Valparaíso, 1951, 139-140.

<sup>4</sup> Ei-las: três edições na Espanha; as duas inglesas de 1816 e 1826; as mexicanas de 1821/22 e de 1825; a de Paris de 1825. Com respeito às traduções, além dos manuscritos latinos e italianos, cabe assinalar a que E. Irving editou em Londres em 1827 e 1833 e a francesa de 1827. Além disso, foram feitos diversos extratos e compêndios em espanhol, inglês e francês. Cf. VAUCHER, *Une célébrité oublié*, 38-57. R. SILVA CASTRO, "En torno a la bibliografía de Lacunza", *RCHG* 105 (1944) 167-185. C. H. SCHAIBLE, *Las primeras ediciones de la obra del Padre Lacunza: Venida del Mesías en Gloria y Majestad*, Santiago, Universitaria, 1948. V. ANZOOTEGUI - B. SANHUEZA, *Vulgarización de Lacunza y el lacunzismo*, Edic. de la Revista Mapocho, 1965 (Separata), 104-105. Sobre a história da censura, pode-se consultar: MATEOS, *RCHG* 1950, 135. 146-161. HANISCH, *Revista Historia* 1969, 217-234.

se definiu e em 1824, *La Venida del Mesías* foi colocada no índice dos Livros Proibidos. A doutrina como tal só foi atingida em julho de 1941 ("não pode ser ensinada com segurança", DS 3839).

A obra de Lacunza foi lida e difundida com interesse por jesuítas expulsos, jansenistas franceses, italianos e espanhóis, por adversários da Concordata entre Napoleão e o Papa, pela Igreja Católica e Apostólica de E. Irving, por judeus, por revolucionários e contra-revolucionários, por liberais e eclesiásticos ilustrados de diversas partes. No Chile, entre 1800 e 1941, o lacunzismo se difundiu entre personalidades eclesiásticas e círculos intelectuais de leigos<sup>5</sup>.

O presente artigo divide-se em cinco partes: 1) A esperança na obra de Lacunza; 2) seu conceito de história; 3) a concepção do Reino de Cristo; 4) a articulação entre ação humana e esperança; 5) algumas considerações críticas.

## I. A ESPERANÇA

A esperança fundamenta-se nas promessas de Deus, isto é, em uma palavra de Deus manifestada no passado, por meio da qual se garante um futuro de salvação e vida. Nas palavras de Lacunza, o Deus de Israel, o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó (Ex 3,15), não só é o "Criador e Senhor do céu e da terra", mas, além disso, "por sua suma vontade se dignou [...] entrar em sociedade, em aliança [...] com os homens [...], fazer-lhes milhares de promessas". Este Deus, Senhor da história, tem o poder de cumprir sua palavra e levar a história ao cumprimento das metas por ele traçadas (I, Discurso preliminar, pp. L-LXX; IV, 415-416; III, 414-415).

Sem negar o conteúdo das promessas mais antigas, Lacunza ressalta que a esperança veterotestamentária é, fundamentalmente, uma *esperança de restauração plena*. Destaca a necessidade de um novo Êxodo. Depois da época de desgraça e opressão na qual o povo judeu se encontra desde o tempo do desterro, virá uma libertação nacional e política e uma purificação religiosa digna do povo escolhido por Deus. Tal esperança pressupõe a desintegração da nação judia. Segundo o autor, depois de dezoito séculos de civilização ocidental, o povo judeu ainda se encontra desterrado de sua pátria, disperso pelo mundo, privado de sua condição de povo de Deus e submetido a toda sorte de injustiças e tribulações.

Esta futura restauração apresenta dois aspectos intimamente ligados entre si. Por um lado, a restauração de Israel *como povo*: restabelecido em sua própria terra, gozando de seu próprio sistema de governo (monarquia davídica),

<sup>5</sup> Cf. M. GÓNGORA, *Revista Historia* 1969, 59-65. ID., "La obra de Lacunza en la lucha contra el 'Espíritu del Siglo' en Europa 1770-1830", *Revista Historia* 15 (1980) 7-65. ID. (ed.), *Manuel Lacunza, La venida del Mesías en gloria y majestad*, Santiago, Universitaria, 1969, 11-18. J. ARTEAGA, "Temas apocalípticos y lacunzismo: 1880-1918", *AFTC* 39 (1988) 209-224.

em unidade nacional (reunidos os reino de Israel e Judá) e com Jerusalém como centro político e religioso do mundo. Em uma palavra, trata-se de uma restauração social e política. Por outro lado, Israel será restaurado em termos religiosos e espirituais: o povo judeu voltará a ser *Povo de Deus*, com a santidade e os direitos de sua condição de esposa de Deus, convertido a Jesus Cristo, o verdadeiro Messias, gozando de uma vida espiritual e divina própria dos filhos de Deus. Quase não há profeta que não se refira à plena restauração de Israel.

A esperança de restauração futura ultrapassa os limites nacionais e as expectativas políticas de Israel. As Escrituras asseguram que há de chegar um dia, século ou tempo, em que toda a humanidade seja bendita em Cristo, todos creiam nele e o amem. Haverá, em suma, *uma fé universal* em Cristo, o Homem-Deus e Messias (Gn 12,1-3; 18,18; 22,18; Gl 3,16; Sl 72. 86,9-10; Is 11,9; Dn 2,35; 7,14-27; Zc 14,9). Junto com a fé universal, as Escrituras mostram a esperança de uma justiça universal jamais vista em todo o orbe (Is 65; 2 Pd 3,13). Além da realização universal da fé e da justiça, foi prometido um estado de concórdia e *paz universal* (Is 2,1-4). A humanidade viverá sem violência política nem econômica, sem escravidão nem opressão.

A esperança futura adquire dimensões *cósmicas* e acaba abraçando a criação inteira. Segundo o autor, a terra também será restaurada e retornará a sua perfeição original. A esperança futura não se pode dissociar de uma transformação cósmica. Mundo humano e não humano estão radicalmente unidos e juntos participam do projeto salvífico e libertador de Deus. Portanto, a natureza está envolta no destino presente e futuro da humanidade. Céus e terra voltarão a um estado tão bom como foram primitivamente e serão libertados da corrupção que se introduziu por causa do pecado da humanidade<sup>6</sup>.

Em resumo, a humanidade aguarda a realização de uma paz universal baseada na justiça, uma fé universal no verdadeiro Messias e uma plena reconciliação com a natureza. Em uma palavra, a humanidade espera o Reinado de Deus na história.

## **2. A HISTÓRIA (século presente)**

Mas esta alegre esperança contrasta fortemente com a situação crítica que experimenta a história humana. A história é para Lacunza uma permanente agonia. O século (eón) presente é o cenário, onde se embatem forças antagônicas (o bem e o mal) e finalmente triunfam a injustiça e a dominação. Esta é política (simbolizada pela estátua da profecia de Dn 2). O aspecto formal da colossal estátua são "o império e a dominação". Eles permanecem até a atu-

<sup>6</sup> Para uma análise dos diversos aspectos da esperança de Israel considerados pelo autor, cf. II, 210-390; III, 12-40; III, 234-331; III, 332-401; IV, 59-81. 152-193.

alidade e se mantêm pelo poder do quarto reino que na visão de Lacunza corresponde às monarquias européias absolutistas<sup>7</sup>.

A dominação é também religiosa. Na profecia das quatro bestas de Dn 7, o autor vê simbolizadas as religiões predominantes nos reinos políticos hegemônicos. Para Lacunza, estas quatro religiões correspondem à idolatria, ao Islã, ao falso cristianismo — que historicamente se expressou através da heresia, do cisma, da hipocrisia e da libertinagem — e, finalmente, ao deísmo racionalista (a quarta besta). Esta última vai desenvolvendo-se e projetando-se para o futuro, até alcançar sua maior força nos últimos tempos. O deísmo ou religião natural pode ser considerado uma religião (I, 318-344), porque exige um novo culto interno sem outra lei e dogma que a própria razão e despreza os que crêem no Deus vivo, santo e providente.

A história é o cenário onde evoluem essas forças dominantes. A liberdade humana aparece submetida a essa dinâmica de contradições e luta permanente. A luta entre potências positivas e negativas continua depois de Jesus Cristo. Para Lacunza, os próprios Evangelhos transmitem uma clara visão do que acontecerá durante o tempo entre primeira e a segunda vinda de Cristo. Ainda que se haja de pregar o Evangelho por todo o mundo (Mt 24,14), não será recebido por todos. Além disso, nem todos os que recebam o Evangelho o observarão. Entre os povos evangelizados, haverá, sem interrupção, grandes escândalos, cismas, apostasias, ódios mútuos. Durante todo este tempo, “haverá sempre uma grande oposição, e ainda guerra formal e contínua entre a justiça e a paz [...] e uma quase contínua adversidade contra aqueles que querem viver piedosamente em Jesus Cristo (2 Tm 3,12)” (IV, 263-264). Na atualidade, já é quase impossível distinguir os valores mundanos dos valores cristãos. Há um notável obscurecimento da verdade. A fé e o amor aparecem debilitados, o que constitui o prelúdio de seu esfriamento total (Lc 18,8; Mt 24,12; 2 Ts 2,3).

Lacunza entende que a melhor imagem para expressar a ambivalência radical da história se encontra no acervo das parábolas evangélicas, a saber: na

<sup>7</sup> Até o século XVII era comum na Europa considerar a história, periodizando-a a partir da célebre profecia de Dn 2 que estabelecia a sucessão das quatro monarquias mundiais e o anúncio do quinto reino final. Os comentadores anteriores a Lacunza apresentavam a seguinte sucessão dos reinos: assírio ou caldeu, persas, medos, gregos e finalmente, o Império Romano. Em vez disso, para Lacunza o primeiro reino está formado pelos assírios, caldeus (ou babilônios), persas e medos. Este primeiro reino foi fundado por Nabucodonosor e governado posteriormente por Dario, Ciro e seus sucessores. O segundo reino está formado pelos gregos; o terceiro, pelos romanos. O quarto reino, finalmente, corresponde aos reinos góticos saídos de Roma e que na época moderna aparecem representados pelas monarquias européias absolutistas do Ocidente. A exegese lacunziana tem, em certo sentido, como precursor no mundo medieval a Abraão Ben Ezra (séc. XII), que identificava no terceiro reino a gregos e romanos e colocava no quarto os ismaelitas, estabelecendo a seguinte seqüência: babilônico, persa, greco-romano, islâmico. Cf. VAUCHER, *Une célébrité oubliée*, 150-151 (nota 246). 228. ID., *Lacunziana, Essais sur les propheties bibliques*, Collonges-sous-Salève (Haute Savoie), Fides, 1949, 39. O mesmo Lacunza confessa que tomou como pseudônimo o nome de Ben Ezra. Cf. “Memorial del 2 de noviembre de 1788 al ministro español Antonio Porlier” (publicado por M. Góngora), *RCHG* 123 (1954/55) 247-251. Com a escolha deste pseudônimo, Lacunza manifestava sua predileção pela exegese rabínica em oposição à tradição eclesiástica helenizante e espiritualista.

parábola do trigo e da cizânia. No século presente sempre haverá cizânia que oprime e não deixa crescer nem amadurecer o trigo. "De maneira que, desde a pregação de Cristo até a consumação do século, deverá estar sempre no mundo o bom grão junto com a cizânia e misturado com ela. De forma que, até a consumação do século, deverá acontecer sempre constantemente o mesmo (pouco mais ou menos) que sucedeu até o presente (IV, 266).

Em suma, a história constitui uma constante negação da esperança do Reinado de Deus, isto é, uma contínua negação de paz e da justiça.

Por volta do final da história presente, nos últimos tempos, a força do mal — encarnado em potências pessoais e coletivas — alcançará sua maior expressão. Os poderes anticristãos chegarão a sua plena maturidade e a história conhecerá a manifestação do Anticristo. Para Lacunza, o Anticristo não é uma figura individual, mas uma entidade coletiva, "um corpo moral composto de inumeráveis indivíduos diversos e distantes entre si, mas todos unidos moralmente e animados por um mesmo espírito *adversus Dominum et adversus Christum*. Este corpo moral depois de haver crescido [...], depois que se veja em estado de não temer as potências da terra, por estas já serem suas partes principais, este corpo, digo, neste estado, será o verdadeiro, único *Anticristo* que nos anunciam as Escrituras" (I, 399-400). Este corpo anticristão lutará com maior furor contra o cristianismo autêntico. A gênese deste corpo moral se confunde com a história do cristianismo, já que começou a formar-se nos tempos dos apóstolos, juntamente com o corpo místico de Cristo. Desde então está presente no mundo e na atualidade existe bem crescido e robusto. O Anticristo se deixará ver em toda sua perfeição quando se conclua o mistério da iniquidade (I, 405-406).

Nas imagens de Ap 13, o autor descobre um maior desenvolvimento deste mistério de iniquidade. A besta do mar do Apocalipse vem esclarecer o sentido das bestas já assinaladas por Daniel. O autor do Apocalipse considera as mesmas bestas "no estado de maturidade e perfeição brutal, que hão de ter nos últimos tempos" (I, 427). Na interpretação lacunziana as metáforas de Daniel e João permitem compreender melhor que o Anticristo é composto por diversas religiões falsas e pelo poder político que conspiram contra o cristianismo verdadeiro. Mas o Anticristo não é só a Besta de sete cabeças e dez chifres (Ap 13,2). Se fosse só isso não faria tanto dano ao corpo de Cristo. Na opinião do autor, "falta a esta besta ou a esta máquina, para seu total complemento, uma peça importante e essencial, sem a qual a máquina ficará sem efeito e não tardará muito em dissolver-se" (I, 448). Esta peça essencial aparece representada na besta da terra (Ap 13,11-18). O pseudopofeta executor de prodígios não é o bispo apóstata que convenceria "a humanidade da legitimidade de um presuntivo monarca judeu universal (o Anticristo segundo o sistema teológico ordinário). Para Lacunza, é um perigoso corpo moral composto de muitos sedutores (Mt 24,11.24), capaz de enganar mesmo os fiéis. A besta da terra é símbolo do sacerdócio cristão no estado deplorável em que se encontrará nos últimos tempos. Enquanto o sacerdócio da Igreja primitiva era exemplo de vida

cristã e martírio, o dos últimos tempos será sinal de tibieza e sensualidade, de vaidade e covardia. Com efeito, a juízo de Lacunza, o sacerdócio se encontrará servindo interesses do sistema dominante (anticristão) e, em última análise, tomado de uma falsa prudência, aconselhará a todos os fiéis "que se acomodem com o tempo pelo bem da paz, e que por este bem da paz (falsa, na verdade) tomem o sinal da besta nas mãos ou na fronte, isto é, se declarem publicamente por ela" (I, 458)<sup>8</sup>. O sacerdócio cristão, aliado aos poderes da besta, usará todo seu poder espiritual para enganar os fiéis e obrigá-los a participar do mistério da iniquidade. Por último, não se pode esquecer que Lacunza pensa que a prostituta sentada sobre a besta do mar (Ap 17-18) simboliza a Roma papal. Somente da Roma cristã (e não da pagã, como se pensava) pode-se dizer que é esposa de Cristo e, portanto, somente dela se pode afirmar que foi adúltera e fornicou com os reis da terra. Dirigindo-se diretamente a Sé de Pedro, diz Lacunza: "Vossa fé não faltará, e nisto lhes dizem a verdade todos os vossos doutores. Porém, olhai, Senhora, que sem faltar a vossa fé, pode faltar muito bem algum dia a vossa fidelidade" (II, 66-77).

Não se pode negar que o autor contempla a história submetida a uma decadência contínua até a última crise, onde acontece a maior manifestação anticristã, uma exacerbação do mal. No entanto, Lacunza não pertence ao grupo que depois da decadência final só pode vislumbrar o fim do mundo e da história<sup>9</sup>. Na realidade, o desenlace final da história atual implica uma transformação e o fim do "império e da dominação", porque "não falta já senão a última época, ou a maior revolução" (I, 294). A decadência constitui, paradoxalmente, um anúncio de renovação, uma promessa de realização e vida. Quando o mal chega a sua máxima expressão e a catástrofe alcança seu extremo, o negativo se converte em sinal da possibilidade de redenção. O paroxismo do Anticristo se constitui em sintoma de uma reviravolta em direção ao bem.

Contudo, a vigência da paz universal baseada na justiça não está perdida para sempre. Em um contexto bíblico de juízo e salvação, de promessa e cumprimento, Lacunza continua esperando um futuro diferente do presente histórico. A crise final do eón presente se interpreta como passagem da desgraça para uma situação de vida nova. A história "chegará alguma vez ao dia perfeito"; Deus é fiel à sua palavra e cumprirá o prometido (IV, 275-276; cf. III, 414-415; I, 53-54.168-172.211; IV, 42.93.215.254). Concluído o "dia atual" dos homens (o eón presente), começa a amanhecer o "dia do Senhor" e Deus mandará seu Enviado para instaurar o Reino messiânico. Diferentemente da interpretação dominante, a vinda futura do Messias não coincidirá com o fim do mundo e o juízo universal, mas abrirá um grande período de paz e justiça, de fé e amor em todo o mundo. Este ápice, unido à chegada do mundo novo, não é o resultado de esforço humano histórico, mas de uma intervenção exógena. A liberdade de

<sup>8</sup> Lacunza reconhece que haverá pastores bons, mas serão muito poucos e pouco ouvidos.

<sup>9</sup> Cf. J. LE GOFF, *História e memória*, Campinas, Unicamp, 1990, 375-417. É preciso ter presente que a idéia de decadência predominara no pensamento medieval ocidental e continuava vigente nas elaborações teológicas.

Deus é a força que introduz a nova ordem, que torna harmônico o desarmonico e redime o absurdo. O Messias vem suprimir a violência continuada da história e iniciar a verdadeira história.

### **3. O REINO DE CRISTO NA HISTÓRIA**

A história demonstra que o Reinado do Messias continua sendo objeto de esperança. Na opinião de Lacunza, as promessas conservam toda sua validade e é indubitável que se verificarão no espaço e no tempo em toda a sua plenitude. Em algum momento do futuro, chegada a hora esperada pelos séculos, se realizará a íntegra restauração do povo judeu e o mundo inteiro conhecerá um tempo de felicidade. As promessas que suscitaram a grande esperança reclamam um cumprimento histórico. Neste cumprimento está comprometida a autoridade do autor das promessas, o próprio Deus. Esta convicção não impede de reconhecer que as promessas estão certamente condicionadas. Contrariando, uma vez mais, a interpretação comum, o autor pensa que a condição não foi a estrita fidelidade e observância da lei divina. Com efeito, Lacunza mostra que as promessas supõem os delitos do povo judeu, não só cometidos, mas também castigados. Em consequência, a condição não pôde ser a inocência do povo de Israel, mas sua penitência e conversão. Além disso, esta conversão de Israel no fim do século se encontra claramente anunciada no Novo Testamento e até agora nenhum doutor cristão se atreveu a negar essa predição. Em suma, as promessas se poderão confirmar "com toda plenitude quando se verifique a condição, pois o contrário repugna infinitamente a infinita veracidade e santidade de Deus" (II, 226; cf. II, 219-230; III, 8ss). A conversão, que também é uma promessa, se há de verificar. A plenitude dos tempos não espera mais que a conversão de Israel. Com efeito, "o Reino de Deus e o poder de Cristo não podem manifestar-se ou não se manifestarão, até que não se verifique a conversão de Israel" (III, 180)<sup>10</sup>.

Corresponde ao Messias a realização do Reino de Deus na história. Com relação à missão do Jesus histórico — em sua primeira vinda — Lacunza pensa que tudo quanto foi realizado pelo Senhor se inclui dentro dos limites do seu ofício sacerdotal e doutoral. As palavras e feitos de Jesus relacionados com o Reino recebem, na obra lacunziana, uma interpretação exclusivamente futura. O autor não nega que Jesus se referiu ao Reino em termos de algo presente, porém pontualiza que nestes casos se refere ao "Evangelho do Reino" e não ao Reino mesmo. O Evangelho do Reino, "isto é, notícia, boa nova, anúncio, pregação do Reino", constitui, em suma, um convite ao Reino, a pregação da

---

<sup>10</sup> O tema neotestamentário da conversão de Israel (Rm 11,25ss) sempre reapareceu no pensamento milenarista. Junto com o tema do Anticristo, é um dos que mais chamou a atenção no contexto dos sinais que precedem a vinda do Messias. Lacunza destaca sua importância não só no sentido de uma conversão e incorporação dos judeus, individualmente considerados, à Igreja cristã, mas também como uma mudança fundamental da Igreja mesma. No Reino futuro, o povo judeu recuperará o papel privilegiado que Deus lhe concedeu e se converterá em centro de unidade religiosa. Jerusalém constituirá o centro do governo religioso-político. Cf. III, 230-231; II, 430-431.252.



fé e da justiça, a exortação a levar uma vida conforme os valores do Evangelho (II, 493-495; III, 133.166.276-279.283; IV, 26).

Em conseqüência, na atualidade Cristo ainda não exerceu seu poder messiânico de governo, ainda não estão sujeitas a ele todas as coisas. Mesmo que, atualmente, Cristo se encontre na glória, "nem por isso deixa de estar, ao mesmo tempo, em uma real e verdadeira expectativa até que chegue o tempo em que se lhe dê efetivamente todo o poder, honra e reino de que já está constituído herdeiro irrevogavelmente, pondo sobre seus ombros todo principado" (III, 134).

Jesus é o Messias esperado pelos profetas, o Filho do Homem (Dn 7) que virá restaurar o reino de Israel e provocar o nascimento de uma humanidade melhor. Cristo é, em suma, o rei dos reis (Ap 19), que vem com poder julgar o mundo e libertá-lo dos poderes opressores que se opõem ao Reinado de Deus. O que ainda não se verificou na primeira vinda, realizar-se-á plenamente na segunda.

A esperança futura não se dissolve num encontro das almas com a divindade depois da morte nem numa glorificação espiritualizada que transcende os limites do espaço e do tempo. A história e também a terra experimentarão uma transfiguração, não isenta de catástrofes, e começará outra etapa. Apesar dos elementos sobrenaturais que acompanham a segunda vinda, o Reino messiânico continua pertencendo a este mundo.

### *Caráter político-religioso do Reino*

O Reino messiânico tem um caráter político-religioso. Cristo é aquela pedra que reduzirá a pó o ferro, o bronze, a argila, a prata e o ouro (Dn 2,44-45). O império e a dominação já tiveram sua oportunidade sobre a terra. Agora corresponde ao Reino de Cristo mesmo. Jesus Cristo não pode fazer a entrega do Reino ao Pai, a não ser depois de ter destruído totalmente todo principado e toda potestade secular. Para que Cristo reine efetivamente é necessário que receba e exerça a potestade régia. Por isso, nesse Reino de Cristo as potestades eclesiástica e civil (religiosa e política) "hão de unir-se perfeitamente no Supremo Rei e Supremo Sacerdote Cristo Jesus" (IV, 311). No Reino deverão verificar-se integralmente as promessas de Deus recebidas pelos profetas e que se concentram especialmente em Isaías 65. "Não sucederá então o que tantas vezes sucedeu em séculos anteriores, isto é, que quem não edificou a casa, nem plantou a vinha, se faça dono e proprietário delas, ou por prepotência ou por direito que chamam de conquista", assinala o autor comentando Isaías. O trabalho não será inútil nem se gerarão filhos para a escravidão e maldição. Em resumo, seguindo os textos lacunzianos, é lícito concluir que então não haverá violência social, nem política, nem econômica; não haverá alienação na miséria (IV, 62-67).

Haverá governos e autoridades que atuarão com perfeição, e, certamente, leis civis e eclesiásticas de acordo ao tempo que se vive. O supremo rei e pastor governará com seus co-reinantes, os santos que ressuscitaram; a paz universal será uma realidade em toda a face da terra (IV, 321ss; cf. IV, 18-19).

Como é impossível conceber uma fé e uma justiça tão grande e universal, contemplam-se alguns meios extraordinários. Sem excluir os meios que agora temos: sacramentos, hierarquia, doutrina, conselhos evangélicos e moral própria das Escrituras, propõem-se outros meios especiais. Em primeiro lugar a presença do próprio Cristo em pessoa, aqui em nossa terra. Esta presença real de Jesus Cristo e a de seus co-reinantes produzirá maravilhosos efeitos. Em todo o caso, a presença de Cristo não será permanente, mas semelhante às aparições do Ressuscitado narradas pelo Evangelho. Outro meio importante é a ausência do poder satânico, já que Satanás não gozará de liberdade para seduzir. Da mesma forma, não haverá falsos profetas. A cizânia não terá apoio para estender-se pela terra. Por outro lado, haverá uniformidade no idioma e se estabelecerá uma peregrinação à Jerusalém terrestre que então estará constituída como centro da unidade universal. Finalmente, não haverá poder militar e se suprimirão as forças armadas com o fim de assegurar realmente a paz entre os povos (IV, 278-324).

### *Caráter cósmico do Reino*

Esta nota revela-nos outra das facetas do autor de *La venida del Mesías*: o homem afeiçoado à astronomia e a física reflete sobre o alcance cósmico do Reinado que se inicia ao chegar Jesus Cristo. Na sua opinião, por ocasião do dilúvio universal se inclinou o eixo da terra. A partir de tal comoção, resultaram as quatro estações que causaram tanto mal à saúde do ser humano. Concordando com o abade Pluche, Lacunza pensa que antes do dilúvio não havia estações e a terra experimentava um perpétuo equinócio<sup>11</sup>. Assim como o mundo antigo não pereceu no substancial quando aconteceu o dilúvio e só se transformou do bem para o mal, assim também o mundo novo vindouro implicará uma transformação do mundo atual do mal para o bem. A grande mudança começará pela restituição do eixo da terra ao lugar em que se encontrava no princípio da criação. A verticalização do eixo provocará o fim da malignidade das estações e as vidas poderão ser mais longas e gozar de melhor saúde (IV, 80-82). Em suma, "o mundo novo que esperamos depois do presente deve ser sem comparação melhor do que o presente, e isto não somente no aspecto moral, mas também no físico e material" (IV, 81)<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Lacunza conhece a obra de Pluche intitulada *Espetáculo da natureza*. Essa obra se difundiu amplamente no século XVIII. Através de Pluche, chegou a Lacunza a idéia de um clima uniforme, sem estações, que estava presente em Thomas Burnet (1635-1715). Cf. VAUCHER, *Une célébrité oubliée*, 72 e nota 318.

<sup>12</sup> Esta caracterização sinaliza o parentesco existente entre o milenarismo e o pensamento utópico. Com efeito, ambos têm em vista um tempo de perfeição social, moral, e política, o que implica uma crítica radical do presente. Mas tal relação não significa identidade. Enquanto a utopia enfatiza a mudança sócio-política no plano da sociedade humana, o milenarismo se orienta para uma transformação global e cósmica. Por outra parte, uma diferença-chave situa-se na percepção do sujeito fundamental do processo de mudança: enquanto a utopia confia na liberdade transformadora do homem, o milenarismo crê e espera em uma intervenção divina. Finalmente, diferentemente da utopia que, via de regra, não consegue superar a aporia que apresenta o fim estático ao qual se dirige, o milenarismo permanece aberto a uma transcendência que supera o Reino messiânico e espera a bem-aventurança eterna.

## *Caráter finito do Reino*

No sistema lacunziano especifica-se explicitamente que o Reino acabará em um momento do tempo. O estado ideal e de santidade universal no nível político, religioso e cósmico terminará depois de uma última crise. Transcorrido um número indeterminado de séculos, reiniciam-se as perseguições e a injustiça e, pouco a pouco, introduzem-se de novo a tibieza e a corrupção. O poder demoníaco é novamente libertado e, finalmente, todo o orbe se volta contra o seu soberano, contra Cristo. Na realidade, os homens nunca perderam seu livre arbítrio, nunca deixaram "de andar por fé e não por visão"; os seres humanos sempre foram capazes de bem e de mal, de aceitar ou de rechaçar a proposta de Deus, "de merecer e desmerecer" (IV, 337-338; cf. IV, 66-70).

Finalmente, como ápice dessa rebeldia, como conseqüência da volta do mal e seu império, produzir-se-á a intervenção de Deus que porá fim à história e ao mundo. Acontecerá o juízo e ressurreição universal de todos os mortos, com a correspondente salvação ou condenação eternas. Cristo colocará o Reino nas mãos do Pai e assim Deus será tudo em todos (1 Co 15,28). A esperança se orienta deste modo para a eternidade, onde, cessada toda a geração e corrupção, os bem-aventurados viverão eternamente e gozarão da beleza do universo material transfigurado e da contemplação do próprio Deus. Lacunza sugere que a residência definitiva dos justos e bem-aventurados será nesta mesma terra, belamente transfigurada. Então, nossa terra será sublimada e elevada a uma altíssima e eterna dignidade, convertendo-se no centro de unidade do Reino eterno e universal de Deus (I, 69-70; IV, 359-429).

## **4. AÇÃO E ESPERANÇA**

Ainda que seja certo que Deus é o fundamento absoluto da esperança, e a vinda do Messias, condição de possibilidade de toda realização das promessas, o ser humano deve esperar ativamente. A espera confiada do Reino implica uma resposta no século presente.

O autor não nega a ação nem a liberdade de fazer o bem e o mal. O que nega é que esta ação possa chegar a "produzir" ou "antecipar" de alguma maneira o Reino de Deus. Lacunza desconhece uma perspectiva de antecipação, seja institucional, sacramental ou ética do Reino. Por outra parte, na inevitável dialética do "trigo e da cizânia", não se percebe um resultado positivo que seja capaz de conter o avanço inexorável do negativo, que chega ao cúmulo do mal. Já sabemos que o autor nega toda presentificação do Reinado divino<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Cabe assinalar que o sistema lacunziano tem conseqüências diretas para a compreensão da Igreja. Sua eclesiologia é conseqüente com a concepção do Reino de Cristo. Nos tempos atuais, a Igreja não é mais que seu Mestre. Por isto, a missão eclesial não é outra coisa que ensinar e preparar para o Reino futuro. Assim como Cristo ainda não exerce sua função de rei, assim também a Igreja não é reino, nem pode ter estruturas de reino, muito menos de monarquia. O Sumo Pontífice não pode comportar-se como monarca com absolutos poderes. A Igreja deve ser servidora do Reino. Em um palavra, Lacunza não admite o eclesiocentrismo, nem a redução da esperança futura a mera eclesiologia. Cf. III, 240-243; II, 394-397.493-495.

Contudo, permanece a exigência de ação. Para poder participar do Reino futuro é preciso viver a prática da justiça e da fé que atua com amor. Ninguém está de posse da herança do Reino, daí a necessidade de viver em constante vigilância e perseverar fielmente até a consumação do século presente. Tanto para participar do Reino futuro como do Reino eterno, é imprescindível viver de acordo com o Evangelho (I, 337; II, 494, etc.). Neste sentido se pode afirmar que a espera do Reino é ativa; em todo o caso, a prática do indissolúvel binômio fé-justiça não constitui um "fazer" o Reino, mas esperá-lo ativamente em permanente vigilância.

Por outra parte, a proposta do autor sugere que o fruto das obras da fé e da justiça entram, de algum modo, e permanecem no Reino. E isto em dois sentidos: por um lado, só os santos, isto é, os mártires que não renegaram nunca sua fé nem se entregaram ao sistema anticristão, merecerão a primeira ressurreição (IV, 143). Por outro lado, na passagem do mundo presente ao futuro se salvará um resto das nações, "*o povo dos pobres*" (a *plebs pauperum*), isto é, todos aqueles homens e mulheres que não colaboraram com o complexo anticristão nos diversos pontos do orbe, os quais "por sua inocência e simplicidade não se acharão dignos da ira de Deus" (IV, 271). Esta multidão de pobres, resto das nações, junto com o povo judeu convertido constituirá a base da nova humanidade e se multiplicará de geração em geração.

Lacunza assume a conflitividade histórica e a ação do homem com uma peculiar experiência do tempo: vive um tempo da iminência, da expectativa próxima que gera urgência de atuar no agora. Espera-se a irrupção do futuro, que, por sua vez, está próximo. Em qualquer momento pode irromper o mundo novo que advém com o Messias. Por isso mesmo, sublinha "não percam os tempo", dado que é urgente atuar, viver a fé e recriar a justiça e o amor. É preciso resistir hoje e aqui aos poderes que negam a esperança e chamam a abandonar o caminho do Evangelho. Esta ação de resistência abre muitas possibilidades, mas sabemos que não tem energia suficiente para deter o triunfo final da iniquidade. Lacunza sente que não há fundamento para conclamar a uma antecipação ou aceleração do Reino messiânico (milênio) como o fizeram Th. Müntzer no século XVI e os "Homens da Quinta Monarquia" na Inglaterra dos tempos de Cromwell. Só o Messias pode dar cumprimento às promessa e romper o curso homogêneo da história. Em todo o caso, permanece o chamado a uma ação conseqüente e, rumo ao final de sua extensa obra, o autor nos recorda: "Nem todo o que me diz 'Senhor, Senhor', entrará no Reino dos Céus, mas o que faz a vontade do meu Pai" (Mt 7,21), porque, definitivamente, "a fé sem obras é morta" (Tg 2,26) (IV, 431).

## **5. ALGUMAS OBSERVAÇÕES CRÍTICAS**

Interessa especialmente avaliar a resposta de Lacunza a nossa pergunta inicial: Que relação é possível estabelecer entre história humana e esperança, entre esforço intra-histórico e Reino de Deus? Indicamos a seguir algumas insuficiências e contribuições que encontramos no pensamento do autor.

É indubitável que Lacunza conseguiu resgatar dimensões fundamentais da esperança judeu-cristã. Soube destacar que a mensagem fundamental de Jesus Cristo consiste no anúncio da próxima irrupção do Reino de Deus. Não obstante, não considera que o Novo Testamento mostra também o caráter presente do Reino. Na verdade, o Reino é presente e futuro: a soberania de Deus irrompe através da práxis libertadora-salvadora de Jesus de Nazaré, e, desde então, se desenvolve na história, graças à ação recriadora do Espírito do ressuscitado. A ressurreição confirmou uma práxis que aproximava o Reino, da história. A promessa da libertação total já não é simples promessa, mas realidade que concretizou no Primogênito entre muitos irmãos. O evento Jesus Cristo (encarnação-páscoa) fundamenta a continuidade entre o presente histórico do Reino e sua consumação futura. Ainda que não tenha terminado o predomínio da injustiça e da violência, o Espírito abre a era messiânica. Desde então é possível antecipar as promessas pela força salvadora de Deus que se manifesta no Evangelho (Rm 1,16) e que é atualizada constantemente pelo Espírito. A ação esperançosa e responsável do homem se sabe fundada, condicionada e sustentada pelo mesmo Espírito de Deus que animou a Jesus em sua tarefa messiânica (Lc 4,16-21). Deste modo, participamos na formação do mundo vindouro. E esta participação toma forma concreta no presente que é o fragmento de história que se oferece a nossa liberdade. O presente é, sem dúvida, o espaço possível do tempo comum onde nos encontramos com os outros e libertamos a liberdade.

Por outro lado, o projeto de Lacunza se centra na providência de Deus que condiciona e orienta a história humana. A liberdade humana aparece subordinada a um Deus concebido como fundamento absoluto e sujeito radical da história. A obra do autor nos apresenta uma contradição não superada entre a ação de um Deus providente e infalível e a esperança que suscita a promessa de um futuro novo. Por esta razão e pela negação da dimensão presente do Reino não se estimulam as possibilidades criativas do presente humano.

Apesar de seus limites o sistema de Lacunza constitui um sério questionamento aos atuais esforços teológicos que buscam uma relação mais fecunda entre história e esperança cristã.

Segundo nossa opinião, os seguintes aspectos conservam significado permanente e constituem um contributo sugestivo de Lacunza para nossas preocupações teológicas:

— *A esperança cristã é concreta* e sempre concerne ao ser humano inteiro. O autor mantém a densidade carnal e material das promessas de Deus, articulando numa única esperança as dimensões social, religiosa, política e cósmica do Reino de Deus.

— É preciso reconhecer *o excedente da promessa* (o não cumprido). A realização da paz universal baseada na justiça constitui um desafio sempre atual. Esta esperança liberta do presente eterno e estático que se quer fundamentar num suposto cumprimento de toda a promessa. A distância entre a promessa e o presente engendra uma ação esperançosa.

— O conceito de *Anticristo coletivo*, plasmado em sistemas de poder que se absolutizam, constitui uma pista para aproximar-se da presença do negativo na história. O mal adquire dimensões sociais e históricas, desatando uma dinâmica que pode escapar ao controle da liberdade humana. Ao mesmo tempo, adverte-se sobre a possibilidade de que o cristianismo seja falsificado por um dinamismo interno. De fato, o Anticristo representa o mal que assume a forma de bem e sugere uma completa confusão dos valores cristãos e uma efetiva condescendência com os valores do mundo em pecado.

— Com sua *visão agonística e não evolutiva da história*, Lacunza questiona toda teoria do progresso. Este último não conduz por si mesmo ao Reino de Deus. E parece que tampouco à emancipação das grandes maiorias. Pode ser — e é — o eterno retorno da catástrofe para as imensas massas de empobrecidos, vencidos e excluídos do sistema. Em solidariedade com os vencidos surge o desafio de superar toda interpretação da emancipação humana que não assuma os conflitos e as regressões da liberdade.

— A *iminência do Reino* de Cristo implica uma negação da situação atual. Convém perguntar-se se o modelo predominante do “já e ainda não” integra suficientemente a expectativa próxima do Reino. Não se terá produzido uma dissolução do caráter iminente ao transformar-se em caráter indefinido? A expectativa próxima gera a urgência de que este mundo necessita, a descontinuidade do tempo e a abertura à novidade. O cunho profético-apocalíptico de Lacunza pressiona a história presente a que se abra à chegada do novo e inesperado. Não se trata de uma paciente espera, mas de uma impaciência escatológica.

— Finalmente o autor nos adverte contra *falsas transposições do escatológico para a história presente*. É inadmissível absolutizar e politizar o presente da salvação deixando de lado a esperança futura. No mesmo sentido se questiona toda identificação do Reino com as instituições eclesiais. Surge o desafio de superar todo eclesiocentrismo. A comunidade cristã é-para-o-Reino. A fé na Parusia ajuda a tomar consciência da relatividade e transitoriedade de toda instituição humana servidora da causa do Reino.

(Tradução: Roberto José Gonçalves)

**Fredy Parra** é doutor em Teologia pela Faculdade de Teologia do CES (Belo Horizonte - MG). Assessor do Vicariato de Pastoral Operária da Arquidiocese de Santiago do Chile. Professor do ILADES (Instituto Latinoamericano de Desarrollo), da Universidad Blas Cañas e da CONFERRE (Conferência de Religiosos do Chile). É leigo, casado, pai de uma filha.

**Endereço:** Luís Risopatrón 2154 Centro — Santiago-CHILE